
ANEXO 8

Principais instrumentos legais incidentes na Estação Ecológica de Xitué

Das normas atualmente vigentes sobre a gestão, manejo, proteção e fruição dos benefícios advindos das UC da natureza, na busca de assegurar a proteção do patrimônio natural e a efetiva fruição de seus benefícios pelas populações envolvidas, foram listadas as normas mais conhecidas e aplicadas pelas instituições que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente, responsáveis pela gestão das unidades de conservação, cuja lista se apresenta a seguir.

Tabela 1. Instrumentos legais para apoio à gestão

Constituição			
Constituição	Ano		Destaques
Federal	1988		Título VIII - Da ordem Social, arts. 23 e 24 Capítulo VI - Do Meio Ambiente, art. 225 e parágrafos
Estadual	1989		Capítulo IV - Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento Seção I, do Meio Ambiente - arts. 192 a 204 Seção II, da Cultura - art. 215 Disposições Transitórias, art. 44
Política Nacional de Meio Ambiente			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	6.938	1981	Política Nacional de Meio Ambiente - criação
Lei Federal	7.804	1989	Altera a Lei 6.938/81
Decreto Federal	99.274	1990	Política Nacional de Meio Ambiente - regulamento
Política Estadual de Meio Ambiente e de Florestas			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	9.509	1997	Política Estadual de Meio Ambiente (cria o SEAQUA - Sistema Estadual de Meio Ambiente)
Decreto Estadual	47.400	2002	Regulamenta dispositivos referentes ao licenciamento ambiental da Lei 9.509/97
Decreto Estadual	51.453	2006	SIEFLOR – Sistema Estadual de Florestas – criação (transfere a administração das UC para a FF), alterado pelo Decreto Estadual 54.079
Resolução SMA	16	2007	Organização do SIEFLOR
Decreto Estadual	53.027	2008	Reorganiza a SMA
Decreto Estadual	54.079	2009	SIEFLOR
Lei Estadual	13.798	2009	Política Estadual de Mudança Climática no Estado de São Paulo
Políticas Públicas Ambientais			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.985	2000	SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Decreto Federal	4.340	2002	SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – regulamento
Decreto Federal	4.339	2002	Política Nacional da Biodiversidade
Decreto Federal	4.703	2003	Cria Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO)
Decreto Federal	5.758	2006	Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas

Normas Especiais Correlatas			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Resolução CONAMA	11	1988	Queimada em UC
Portaria IBAMA	760	1989	Assegura acesso gratuito aos maiores de 60 anos em Ucs Federais
Resolução CONAMA	13	1990	Entorno de UC (10 km) - regulamenta artigo 27 do DF 99.274/90 (REVOGADA pela Res. CONAMA 428 DE 17/12/2010)
Portaria IBAMA	90-N	1994	Pedidos de autorização para realização de filmagens, gravações e fotografias, de caráter científico ou comercial, nas Unidades de Conservação Federais de uso indireto
Resolução CONAMA	09	1996	Corredores entre remanescentes - definição
Resolução SMA	32	1998	Visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas UC do Estado
Portaria IBAMA	77-N	1999	Criação de UC – critérios e procedimentos
Lei Estadual	11.527	2003	Sinalização obrigatória de UC
Resolução CONAMA	331	2003	Câmara Técnica de UC e áreas protegidas – criação
Decreto Federal	6.514	2008	Regulamenta sanções administrativas de crimes ambientais (LF 9.605/98)
Decreto Federal	6.515	2008	Programas de Segurança Ambiental - Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guardas-Parque
Resolução SMA	59	2008	Regulamenta procedimentos de uso público nas UC, incorpora os procedimentos da SMA 32/1998
Resolução CONAMA	428	2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA
Normas das Estações Ecológicas e Outras Categorias			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	6.884	1962	Dispõe sobre os parques e florestas estaduais, monumentos naturais e dá outras providências
Decreto Estadual	41.626	1963	Regulamenta a execução da Lei nº 6884 que dispõe sobre os parques, florestas e monumentos naturais
Decreto Federal	84.973	1980	Dispõe sobre a co-localização de Estações Ecológicas e Usinas Nucleares
Lei Federal	6.902	1981	Estações Ecológicas e APA - criação
Decreto Federal	89.336	1984	ARIE e Reservas Ecológicas
Decreto Estadual	25.341	1986	Regulamento de Parques Paulistas - gestão, plano de manejo, zoneamento
Resolução CONAMA	10	1988	APA (REVOGADA pela Res. CONAMA 428 DE 17/12/2010)
Decreto Federal	99.274	1990	Política Nacional de Meio Ambiente - regulamento (Título II, cap. I e II - Estações Ecológicas e APA)
Decreto Estadual	37.619	1993	APA - regulamento
Resolução CONAMA	04	1995	Reservas Ecológicas - define parâmetros (áreas de preservação permanente, conf. Art. 18 da Lei 6.938/81, posteriormente revogado)
Resolução SMA	32	2002	APA - Licenciamento
Decreto Federal	5.746	2006	RPPN - regulamento (o Decreto Federal 1.922/1996 regula as RPPN criadas até abril de 2006, data deste Decreto)

Decreto Estadual	51.150	2006	RPPN - Programa Estadual de Apoio às RPPN - criação
Instrução Normativa IBAMA	145	2007	RPPN - procedimentos para reconhecimento junto ao IBAMA/Instituto Chico Mendes
Portaria FF	37	2007	RPPN - procedimentos para reconhecimento junto ao Estado
Decreto Estadual	53.146	2008	Define os parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral no ESP
UC do Contínuo Ecológico, Tombamento e Outros Atos			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Estadual	32.283	1958	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - criação
Decreto Estadual	19.499	1982	Parque Estadual de Carlos Botelho - criação
Decreto Estadual	22.717	1984	APA da Serra do Mar - criação
Resolução CONDEPHAAT	40	1985	Tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba
Decreto Estadual	26.890	1987	Estação Ecológica de Xitue - criação
Declaração UNESCO	s/n	1991	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (1ª Fase)
Decreto Estadual	40.135	1995	Parque Estadual Intervales - criação
Decreto Estadual	44.293	1999	Parque Estadual Intervales - reconhece os territórios quilombolas.
Declaração UNESCO	s/n	1999	Sítio do Patrimônio Natural Mundial - Mata Atlântica - Reservas do Sudeste SP/PR
Lei Estadual	10.850	2001	Parque Estadual Intervales - altera limites
Lei Estadual	12.810	2008	Criação do Mosaico de Jacupiranga - altera limites do Parque Estadual de Jacupiranga e instituindo 14 UC: Parque Estadual do Rio do Turvo, Parque Estadual Caverna do Diabo, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, RDS Barreiro/Anhemas, RDS dos Quilombos de Barra do Turvo, RDS dos Pinheirinhos, RDS de Lavras, RDS Itapanhapima, RESEX da Ilha do Tumba, RESEX Taquari, APA do Planalto do Turvo, APA de Cajati, APA do Rio Pardinho e Rio Vermelho e APA dos Quilombos do Médio Ribeira
Conselhos de Unidades de Conservação			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Estadual	48.149	2003	Conselhos Gestores de APA – criação e funcionamento
Decreto Estadual	49.672	2005	Conselhos Consultivos de UC – criação, composição e funcionamento
Planos de Manejo			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Estadual	25.341	1986	Regulamento de Parques Paulistas – gestão, plano de manejo, zoneamento
Resolução CONAMA	13	1990	Entorno de UC (10 km) – regulamenta artigo 27 do DF 99.274/90
Roteiros Metodológicos		1996	Crerios elaborados pelo IBAMA-MMA para subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das UC
Lei Federal	9.985	2000	SNUC – Art 2º, Inciso XVI, XVII, XVIII
Decreto Federal	4.340	2004	Regulamenta artigos do SNUC – Capítulo IV, Arts. 12/16
Resolução SMA	29	2010	Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências

Das Infrações e Crimes Ambientais e da Reparação de Danos			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	7.347	1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico
Lei Federal	8.078	1990	TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – Introduziu o § 6º à Lei Federal 7.347 de 1985 ACP
Lei Federal	9.605	1998	Lei de Crimes Ambientais – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Resolução SMA	37	2005	Estabelece Infrações Ambientais e respectivas sanções administrativas
Decreto Estadual	52.201	2007	Dispõe sobre a celebração de termos de ajustamento de conduta no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado
Decreto Federal	6.514	2008	Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e processo administrativo federal para apuração destas infrações – Este decreto revogou o Decreto Federal 3.179 de 1999
Decreto Federal	6.515	2008	Criação da guarda nacional ambiental
Portaria Normativa IBAMA	11	2009	RIF – Regulamento Interno de Fiscalização
Do Licenciamento Ambiental e Controle da Poluição			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	997	1976	Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente
Decreto Estadual	8.468	1976	Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente - regulamento
Lei Federal	6.803	1980	Zoneamento industrial em áreas críticas de poluição
Resolução CONAMA	01	1986	Avaliação de Impacto Ambiental - critérios e diretrizes (EIA-RIMA)
Resolução CONAMA	09	1987	Audiência Pública na avaliação de EIA/RIMA
Resolução CONAMA	10	1987	Reparação de danos ambientais provocados por obras de grande porte
Decreto Federal	95.733	1988	Inclusão no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrentes da implantação
Resolução CONAMA	05	1988	Licenciamento de obras de saneamento (sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotos sanitários, sistemas de drenagem e sistemas de limpeza urbana)
Resolução CONAMA	13	1990	Estabelece o limite de 10 km das UC para obras de impactos (REVOGADA pela Res. CONAMA 428 DE 17/12/2010)
Resolução SMA	19	1996	Estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental dos Sistemas Urbanos de Esgotamento Sanitário
Decreto Estadual	41.261	1996	Autoriza a SMA a celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando cooperação nas áreas de fiscalização e licenciamento
Resolução CONAMA	237	1997	Licenciamento ambiental – procedimentos e critérios
Decreto Estadual	47.400	2002	Regulamenta dispositivos referentes ao licenciamento ambiental da Lei 9.509/97 (Política Estadual do Meio Ambiente)
Resolução CONAMA	305	2002	Dispõe sobre Licenciamento Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente de atividades e empreendimentos com Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados
Resolução SMA	33	2002	Dispõe sobre a simplificação do licenciamento ambiental das intervenções destinadas à conservação, manutenção e pavimentação de estradas vicinais que se encontrem em operação
Resolução SMA	54	2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente

Resolução SMA	40	2007	Desmatamento Zero – suspende e disciplina supressão de vegetação no ESP
Resolução SMA	8	2008	Orientação para reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas
Resolução SMA	22	2010	Dispõe sobre a operacionalização e execução da licença ambiental
Resolução SMA	26	2010	Dispõe sobre o licenciamento e a autorização de atividades agrícolas, pecuárias e a criação de outros animais no Estado de São Paulo
Resolução SMA	11	2010	Dispõe sobre a prévia anuência dos órgãos gestores de unidades de conservação nos processos de licenciamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar a própria UC ou sua zona de amortecimento, nos termos do § 3, do artigo 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e dá providências correlatas
Compensação Ambiental e Incentivos Econômicos à Proteção			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Estadual		1989	Art 200 - Compensação Financeira aos Municípios
Lei Federal	32.283	1991	Dispõe sobre a Política Agrícola - Arts. 103 e 104
Lei Estadual	8.510	1993	Dispõe sobre o ICM-S Ecológico
Resolução CONAMA	002	1996	Estabelece compensação ambiental (mínimo de 0,5% dos custos totais previstos para implantação do empreendimento)
Lei federal	9.985	2000	(SNUC) Estabelece a compensação ambiental para empreendimentos que causem significativo impacto (Arts. 36, § 1º, § 2º e § 3º)
Decreto Federal	4.340	2004	Regulamenta artigos do SNUC, detalhando os procedimentos para a compensação ambiental (Arts. 31,32 e 33)
Resolução CONAMA	371	2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental
Resolução SMA	56	2006	Gradação do impacto para fins de cobrança de compensação ambiental
Decreto Federal	6.848	2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental
Licitações, Contratos e Parcerias			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	6.544	1989	Estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica
Lei Federal	8.666	1993	Licitações e Contratos Artigo 116 e parágrafos: aplicam-se no que couber aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres
Decreto Estadual	40.000	1995	Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada
Decreto Estadual	40.722	1996	Dispõe sobre a exigência de autorização do Governador do Estado previamente à celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica e sobre a instrução dos processos respectivos
Lei Estadual	9.790	1999	Qualificação de OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e disciplina Termo de Parceria
Lei Estadual	11.688	2004	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas PPP
Decreto Estadual	48.766	2004	Institui o Programa de Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e aprova modelo-padrão de Termo de Parceria

Celebração de Parceria com a FF		2007	Indicam os procedimentos administrativos para o estabelecimento de convênio, protocolo de cooperação técnica e outros
Decreto Estadual	53.336	2008	Institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis
Voluntariado			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.608	1998	Dispõe sobre o serviço voluntário (ressarcimento de despesas ao voluntário poderá ser realizado – no âmbito federal regulamentado pelo Decreto 5.313/04)
Decreto Federal	4.519	2002	Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais
Portaria MMA	19	2005	Cria Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação
Portaria FF	35	2010	Voluntariado
Pesquisa Científica, Coleta e Remessa de Patrimônio Biológico, Bioprospecção			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Federal		1988	Da Ciência e Tecnologia: Artigos 218 e 219
Constituição Estadual	Art.272	1989	Estabelece normas para os Institutos de Pesquisas
Decreto Federal	98.830	1990	Coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil
Portaria IBAMA	887	1990	Promove a realização de diagnóstico da situação do patrimônio espeleológico nacional, através de levantamento e análise de dados, identificando áreas críticas e definindo ações e instrumentos necessários para a sua devida proteção e uso adequado
Portaria IF	s/n	1993	Estabelece Termo de Compromisso sobre direitos e eventuais patentes decorrentes de pesquisa científica no interior das UC
Portaria IBAMA	92-N	1994	Regulamenta a Pesquisa Científica em Unidades de Conservação de uso indireto
Portaria IBAMA	016	1994	Dispõe sobre a manutenção e a criação em cativeiro da fauna silvestre brasileira com finalidade de subsidiar pesquisas científicas em Universidades, Centros de Pesquisa e Instituições Oficiais ou Oficializadas pelo Poder Público
Instrução Normativa IBAMA	109	1997	Estabelece e uniformiza os procedimentos de expedição de licença de pesquisa para realização de atividades científicas em Unidades de Conservação Federais de Uso indireto, definidas como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas
Portaria IF	s/n	2000	Obrigatoriedade de acompanhamento da pesquisa científica pelos responsáveis pela gestão da UC
Resolução SMA	25	2000	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização
Decreto Federal	3.945	2001	Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGPG - e estabelece as normas para o seu funcionamento, alterado pelo Decreto Federal nº 4.946, de 31.12.2003
Medida Provisória	2.186-14	2001	Dispõe sobre o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção
Resolução CGPG ¹	13	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição in situ, no território nacional, plataforma

¹ CGPG – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

			continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, que não apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, e dá outras providências
Resolução CGPG	14	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra viva de componente do patrimônio genético de plantas, líquens, fungos e algas macroscópicos que apresentem capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução, existente em condições in situ no território nacional na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, mantida em condições ex situ, para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Resolução CGPG	15	2004	Estabelece procedimentos para o transporte de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição in situ, no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, exclusivamente para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, que não requeira depósito definitivo na instituição onde será realizada a pesquisa
Resolução CGPG	16	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do patrimônio genético microbiano existente em condição in situ, no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, que apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução natural para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Resolução CGen	20	2006	Estabelece procedimentos para a remessa de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição <i>in-situ</i> , no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição <i>ex-situ</i> , para o desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Instrução Normativa	154	2007	Instituir o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, na forma das diretrizes e condições previstas nesta IN
Instrução Normativa	179	2008	Definir as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes
Resolução SMA	68	2008	Estabelece regras para a coleta e utilização de sementes oriundas de unidades de conservação no Estado de São Paulo e dá outras providências
Tratados Internacionais e Ratificação			
Instrumento (que aprova)	Nº	Ano	Ementa
Decreto Legislativo	3	1948	Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil, a 27 de dezembro de 1940
Decreto Federal	58.054	1966	Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América
Decreto Federal	76.623	1975	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
Decreto Federal	80.978	1977	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural
Decreto Federal	2.652	1998	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Decreto Federal	2.519	1998	Convenção da Diversidade Biológica – CDB
Decreto Federal	3.607	2000	Dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES, e dá outras providências
Decreto Federal	5.051	2004	Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais
Decreto Federal	5.445	2005	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Decreto Federal	5.705	2006	Protocolo de Cartagena sobre biossegurança da CDB (adotando o princípio da precaução, o objetivo do Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços)
Educação Ambiental			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.795	1999	Política Nacional de Educação Ambiental (estabelece que aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, devem promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente)
Lei Estadual	12.780	2007	Política Estadual de Educação Ambiental
Resolução SMA	18	2009	Projeto Ambiental Criança Ecológica
Resolução CONAMA	442	2010	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências
Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Federal		1988	Art. 68, das Disposições Transitórias – Define os critérios para o reconhecimento de remanescentes quilombolas
Lei Federal	9.985	2000	(SNUC) Artigo 42
Decreto Federal	4.340	2002	Do artigo 35 ao 39, regulamenta o artigo 42 do SNUC
Decreto Federal	6.040	2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Resolução SMA	27	2010	Dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para a supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal 6.660, de 21-11-2008, para pequenos produtores rurais e populações tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata Atlântica e dá outras providências
Resolução SMA	29	2010	Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências
Manejo Sustentável			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Portaria IBAMA	439	1989	Reposição florestal de espécies produtoras de palmito
Resolução SMA	11	1992	Exploração da caixeta (<i>Tabebuia cassinoides</i>) – normas
Portaria IBAMA	44-N	1993	Regulamenta os procedimentos adicionais para a implantação da nova sistemática de Autorização para "Transporte de Produto Florestal – ATPF"
Resolução SMA	16	1994	Exploração do palmito (<i>Euterpe edulis</i>) – normas
Portaria IBAMA	113	1995	Disciplina a exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.
Resolução SMA	46	1995	Exploração do Jacatirão (<i>Tibouchina</i> spp) - normas
Resolução SMA	27	2010	Dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para a supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal nº 6.660, de 21-11-2008, para pequenos

			produtores rurais e populações tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata Atlântica e dá outras providências
Parcelamento do Solo Urbano e Planos Diretores			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	6.766	1979	Parcelamento do solo urbano
Constituição Federal		1988	Artigos 182 e 183 da Política Urbana
Lei Federal	10.257	2001	Conhecida como “Estatuto da Cidade”, regulamenta os artigos 182 e 183 da CF e estabelece diretrizes gerais da Política Urbana
Resolução CONAMA	412	2009	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social
Legislação Fundiária e Patrimonial			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei	601	1850	Dispõe sobre as terras devolutas do Império
Decreto-Lei	3.365	1941	Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública
Decreto-Lei Estadual	14.916	1945	Dispõe sobre a reserva de terras devolutas e dá outras providências
Lei Federal	6.015	1973	Lei de Registros Públicos
Lei Federal	6.383	1976	Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências
Lei Estadual	3.962	1957	Dispõe sobre o processamento das legitimações de posse em terras devolutas
Decreto Estadual	28.389	1988	Dispõe sobre o procedimento administrativo para legitimação de posse, autoriza a outorga de permissões de uso em terras devolutas estaduais e dá outras providências
Decreto Estadual	39.980	1995	Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado
Lei Estadual	9.757	1997	Dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal
Lei Federal	10.267	2001	Regulamento – Altera dispositivos das leis nº 4.947 de 6 de abril de 1966, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.393 de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências Georreferenciamento
Decreto Estadual	55.662	2010	Estabelece que a Fundação Florestal priorize a aquisição amigável dos imóveis, e Cria o Parque Estadual de Itaberaba, o Parque Estadual de Itapetininga, a Floresta Estadual de Guarulhos, o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande e dá providências correlatas
Proteção do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto-Lei Federal	25	1937	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
Decreto Estadual	3.924	1961	Proteção dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos
Lei Estadual	40	1985	Tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba, onde o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira se apresenta como uma das áreas Núcleos da reserva da biosfera da Mata Atlântica, assim declarada pela UNESCO em 1991.
Constituição Federal		1988	Art. 20, item X – declara como bens da União, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos (arts. 215 e 216)
Constituição Estadual		1989	Seção II – DA CULTURA – Art. 259

Cavidades Naturais Subterrâneas			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Resolução CONAMA	009	1986	Cria Comissão Especial para tratar de assuntos relativos à preservação do Patrimônio Espeleológico
Constituição Federal		1988	Art. 20, item X – declara como bens da união, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos
Portaria IBAMA	887	1990	Dispõe sobre o uso das Cavidades Subterrâneas, entre outros
Decreto Federal	99.556	1991	Proteção às cavidades naturais subterrâneas existentes no Território Nacional
Portaria IBAMA	089	2001	Regulamenta o mergulho em cavernas
Resolução CONAMA	347	2004	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico (inciso II, do art. 2º e §1º do art. 4º revogados pela Res. CONAMA 428 de 17/12/2010)
Portaria IBAMA	34	2006	Constitui Grupo de Trabalho - CavLegis
Instrução Normativa	100	2006	Regulamenta o mergulho em cavernas. Revoga Portaria IBAMA nº 089/01
Decreto Federal	6.640	2008	Dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto no 99.556, de 1º de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional
Instrução Normativa MMA	02	2009	Regulamenta a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas
Portaria ICMBio	078	2009	Cria o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - Cecav
Portaria MMA	358	2009	Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico
Resolução SMA	023	2010	Dispõe sobre a criação do Conselho do Patrimônio Espeleológico em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo
Outras Disposições Normativas			Ver site do CECav: http://www.icmbio.gov.br/cecav/
Das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	4.771	1965	Artigos 2º e 3º estabelecem áreas de APP
Medida Provisória	2166-67	2001	Altera os arts. 1o, 4o, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências
Resolução CONAMA	302	2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno
Resolução CONAMA	303	2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (revoga a Res. CONAMA 004/1985)
Resolução CONAMA	369	2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP
Decreto Estadual	50.889	2006	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural e compensação da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Revogado pelo 53.939/2009
Decreto Estadual	53.939	2009	Dispõe sobre a compensação de reserva legal em áreas de UC – Revoga Decreto Estadual 50.889/06
Resolução CONAMA	429	2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs

Mata Atlântica e Florestas			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	4.771	1965	Código Florestal
Constituição Federal		1988	Art. 225, §4º, declara a Mata Atlântica e a Serra do Mar, entre outros, patrimônio nacional
Constituição Estadual		1989	Art. 196, além da Mata Atlântica e Serra do Mar, declara também os Vales dos Rios Ribeira e Paranapanema e as UC como espaços territoriais especialmente protegidos
Resolução CONAMA	10	1993	Estabelece parâmetros para análise do estágio sucessional
Resolução SMA/IBAMA	01	1994	Define vegetação primária e secundária e estágios sucessionais
Resolução SMA/IBAMA	02	1994	Regulamenta art. 4º. Decreto 750/93 – supressão de vegetação em estágio inicial – áreas urbanas, alteradas pela Res. SMA/IBAMA 05/96
Resolução CONAMA	378	2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional (parágrafo único do art. 3º revogado pela Res. CONAMA 428 de 17/12/2010)
Lei Federal	11.428	2006	Mata Atlântica
Resolução CONAMA	388	2007	Convalida as Resoluções 10 de 1993, 01, 02, 04, 05, 06, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 de 1994 e 7 de 1996
Decreto Federal	6.660	2008	Regulamenta dispositivos da Lei Federal 11.428/06 – Mata Atlântica que dispões sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica
Resolução SMA	27	2010	Dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para a supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal 6.660, de 21-11-2008, para pequenos produtores rurais e populações tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata Atlântica e dá outras providências

Fauna e Flora			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	5.197	1967	Código de Fauna
Resolução CONAMA	4	1985	Pousio de aves de arribação/migratórias
Portaria IBAMA	29	1994	Importação e exportação de animais da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica – normatização
Decreto Estadual	42.838	1998	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Portaria IBAMA	28	1998	Inclui o bagre-cego e a aegla ocorrentes nas cavernas localizadas na Província Espeleológica do Alto Ribeira-SP na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção
Instrução Normativa MMA	03	2003	Lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa a esta Instrução Normativa
Instrução Normativa MMA	05	2004	Reconhecer como espécies ameaçadas de extinção e espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, os invertebrados aquáticos e peixes, constantes dos anexos a esta Instrução Normativa
Resolução SMA	48	2004	Espécies ameaçadas da flora do Estado de São Paulo
Resolução SMA	25	2010	Estabelece critérios da gestão de fauna silvestre, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, e dá providências correlatas
Dos Recursos Hídricos			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Federal		1988	Art. 21, inciso XIX, que trata do Sistema Nacional de Gerenciamento de

			Recursos Hídricos
Lei Estadual	7.663	1991	Cria o Programa Estadual de Recursos Hídricos (alterada pelas Leis Estaduais 9.034/94, 10.843/2001 e 12.183/2005)
Decreto Estadual	37.300	1993	Regulamenta o FEHIDRO (Fundo Estadual dos Recursos Hídricos)
Lei Federal	9.433	1997	Cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Decreto Estadual	49.723	2005	Institui o Programa de Recuperação de Zonas Ciliares do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Resolução CONAMA	357	2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes
Resolução SMA	123	2010	Define as diretrizes para a execução do Projeto Mina D'água - Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, na modalidade proteção de nascentes, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais, e revoga a Resolução SMA nº 61, de 24 de junho de 2010
Dos Recursos Minerais			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto-lei	4146	1942	Dispõe sobre a proteção de depósitos fossilíferos
Decreto-lei	7841	1945	Código de Águas Minerais
Constituição Federal		1988	Art. 176, distinção entre solo e subsolo para fins de exploração
Decreto-lei	227	1967	Código de Mineração
Decreto	62934	1968	Aprova o Regulamento do Código de Mineração
Decreto	66404	1970	Acrescenta item ao artigo 49 do Regulamento do Código de Mineração
Decreto	69885	1971	Dispõe sobre a incorporação dos direitos de lavra ao Ativo das empresas de mineração e dá outras providências
Lei Federal	6403	1976	Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28/02/67 (Código de Mineração)
Lei	6567	1978	Dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências (REGIME DE LICENCIAMENTO)
Lei Federal	6726	1979	Modifica o parágrafo único, do art. 27 do Decreto-lei nº 7.841, de 08/08/45 (Código de Águas Minerais)
Lei Federal	7085	1982	Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Código de Mineração, com as alterações posteriores
Decreto Federal	88814	1983	Altera Dispositivos do Regulamento do Código de Mineração, aprovado pelo Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968
Decreto Federal	95002	1987	Modifica dispositivos do Regulamento do Código de Mineração, aprovado pelo Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968
Decreto	97507	1989	Dispõe sobre licenciamento de atividade mineral, o uso do mercúrio metálico e do cianeto em áreas de extração de ouro, e dá outras providências
Decreto Federal	97632	1989	Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), e institui a obrigatoriedade do PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
Lei Federal	7805	1989	Altera o Código de Mineração, cria o REGIME DE PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA, e extingue o Regime de Matrícula
Lei Federal	7886	1989	Regulamenta o art. 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá nova redação aos artigos 20 e 26, do Código de Mineração
Lei Federal	7990	1989	Institui para os Estados, Distrito Federal e Municípios, a compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências
Decreto	98812	1990	Regulamenta a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e dá outras providências

Decreto	01	1991	Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências
Lei Federal	8876	1994	Autoriza o Poder Executivo a instituir como Autarquia o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e dá outras providências
Lei Federal	8901	1994	Regulamenta o disposto no § 20, do art. 176 da Constituição Federal e altera dispositivo do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)
Decreto	s/n	1994	Constitui a Comissão Nacional de Recursos Minerais (CNRM).
Lei	8982	1995	Dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 6.567, de 24/09/78, alterado pela Lei nº 7.312, de 16/05/85
Lei Federal	9314	1996	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28/02/67 (Código de Mineração)
Lei Federal	9827	1999	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996
Decreto	3358	2000	Regulamenta o disposto na Lei nº 9.827, de 27 de agosto de 1999.
Decreto	3866	2001	Regulamenta o inciso II-A do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e a Lei nº 9.993, de 24 de julho 2000, no que destina recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia
Decreto	6270	2007	Promulga a Convenção nº 176 e a Recomendação no 183 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Segurança e Saúde nas Minas, adotadas em Genebra, em 22 de junho de 1995, pela 85ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho
Lei	11685	2008	Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências
Decreto	6.640	2008	Dá nova redação aos arts. 1o, 2o, 3o, 4o e 5o e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto no 99.556, de 1o de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional
Resolução SMA	28	2010	Dispõe sobre e criação do Sistema de Informações de Recuperação de Áreas Mineradas – SIRAM e sobre a ampliação de trabalhos de revegetação como medida mitigadora dos impactos ambientais causados por empreendimentos de mineração no Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Outras Disposições Normativas			Foi elencada aqui grande parte da legislação referente à mineração, porém uma série de portarias, instruções normativas e normas específicas não constam aqui. Para isso recomenda-se consultar o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), site http://www.dnpm.gov.br/
Defensivos Agrícolas			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	7.802	1989	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências (Ver Decreto 4.074/02)
Decreto Federal	98.816	1990	Regulamenta a Lei nº 7.802/89 e dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos da embalagem, o registro, a classificação controle, a inspeção, a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins
Decreto Federal	99.657	1990	Acrescenta artigo e parágrafo único ao Decreto nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências
Decreto Federal	991	1993	Altera o Decreto nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990, no que dispõe sobre a regulamentação a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989

Decreto Federal	2.018	1996	Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal
Decreto Federal	4.074	2002	Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências
Normas Específicas da EEX			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Estadual	26.872	1956	Declara reservadas as terras devolutas constantes da Gleba "A", com 1.088,70 ha
Decreto Estadual	28.153	1957	Declara reservadas as terras devolutas constantes da Gleba "B", com 1.308,40 ha
Decreto Estadual	30.776	1958	Destina as terras devolutas da Gleba "C", com 698,17 ha, à Colonização do Departamento de Imigração da Secretaria da Agricultura
Decreto Estadual	24.151	1985	Dá nova destinação à Gleba "C", ao Instituto Florestal, compondo com as glebas "A" e "B" área total de 3.095,17 ha
Decreto Estadual	26.890	1987	Cria as Estações Ecológicas de Bananal, Bauru, Ibicatu, Itaberá, Itapeti, São Carlos, Valinhos e Xitué e dá providências correlatas